

ENTREVISTA DE CLAUDIO SALES À RADIO CBN – 09/07/2007

Carolina Morand – CBN: Levantamento feito pelo Congresso e pelo Instituto Acende Brasil mostra que o risco do Brasil sofrer um racionamento de energia em 2010 é de 8,5%, subindo para 16,5% em 2011, contra a média de 5% com que o setor elétrico opera. Esses níveis de déficit de energia levam em conta obras de hidrelétricas previstas no Programa de Aceleração do Crescimento. Sobre esse assunto, conversei agora com Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, que é constituído pelos principais grupos privados do setor elétrico brasileiro.

Existe risco iminente, real, de falta de energia no Brasil, a partir de 2011?

Claudio Sales: Essa medição foi feita com a ajuda da PSR, que é uma consultora especializada nesses tipos de modelos. E ela mostra um cenário, considerando que não haja mais atrasos nas usinas que estão com entrada em operação prevista para esse período; considerando que existiria gás disponível para as termelétricas que estão hoje sem operar por falta de gás, já a partir de 2010; e, considerando um crescimento da demanda da ordem de 4,8%, que na verdade corresponde a crescimento de um PIB de 4%. Então, nesse cenário, que não é nem muito dramático, nem muito otimista, é um cenário com uma certa dose de otimismo, já se aponta para esses números que você relatou, que são números preocupantes e que impõem um sinal de alerta. Enfim, coisas têm que ser feitas agora, nesse intervalo de 2007 a 2011, coisas não previstas até agora, para se evitar que o país fique nessa situação.

CBN: Pois é... esses números, esse cenário é um tanto quanto otimista, porque leva em consideração que as usinas do Rio Madeira vão sair, que não vai ter problema de abastecimento de gás e, na verdade, são problemas que ainda não estão resolvidos, né?

Claudio Sales: Uma pequena correção, Carolina: as usinas do Rio Madeira não estão sequer nesse horizonte; elas estão previstas para entrar entre 2012 e 2013. Por isso, eu acho que você tem total razão em dar esse alerta: é importante que a sociedade esteja atenta para o fenômeno que já está acontecendo. Uma usina hidrelétrica de grande porte, hoje, como os melhores exemplos mais recentes, feita por empresas privadas, está levando cerca de 3 anos e 3 meses e meio, no mínimo, para ser feita. O recorde é a usina de Lajeado, que levou cerca de 3 anos e 4 meses, usinas perto de 1000 MW.

Das usinas que estão sendo construídas, a maior de todas é a de Estreito, também um projeto de iniciativa privada, uma usina de 1000 MW. E essa usina, apesar de ter levado 6 anos para obter as licenças ambientais que autorizam o início da construção, teve esse início de construção embargado por duas iniciativas judiciais: uma liminar que depois foi suspensa e uma segunda. Enfim, obstáculos vão surgindo a cada momento, fazendo com que até mesmo aquelas usinas com as quais a gente conta como certas, estejam impedidas de seguir adiante no prazo programado, ou pelo menos sob o grande risco de atrasos.

CBN: Na sua avaliação, o que dá para ser feito nesse prazo de 4 anos, que é um prazo curto para empreendimentos desse tipo?

Claudio Sales: Eu acho que tem algumas coisas fundamentais. A mais fundamental de todas, por incrível que pareça, é o governo mudar a atitude que tem tido, absolutamente obscurantista em relação a esse tema, e dar total transparência para a sociedade brasileira do verdadeiro risco de se decretar racionamento. Por que isso é importante? Porque na medida em que se tem clareza com relação a esses números, a essas probabilidades, a sociedade pode se mobilizar para prover as decisões e prover as ações que venham a mitigar esse problema. Um exemplo, talvez, esclareça isso. A razão da interrupção da construção da usina de Estreito pela última das liminares foi

simplesmente a seguinte: uma iniciativa, julgando que era importante se fazer a eclusa (eclusa é um dispositivo feito ao lado da barragem que permite, que a despeito da existência da barragem, o rio possa continuar navegável naquele trecho; é como se fosse um elevador de navios)... então, era importante se fazer a eclusa ao mesmo tempo em que se construía a barragem para a usina, sob a alegação de que isso – e é verdade – tornaria a obra da eclusa mais barata. Só que, uma coisa é o empreendimento de usina, que é objeto de uma outorga, concedida num leilão público com obrigações de se construir num prazo e entregar a energia naquele prazo para o qual ela foi programada. A outra coisa é a construção de uma eclusa, que é uma obra do Ministério dos Transportes, com outros tipos de recursos, recursos do orçamento da União, não é recurso privado etc. Então, entrou-se com a iniciativa judicial para bloquear, impedir que se construísse a usina até que se resolvesse “o que”, “como”, “quando” e “onde” se construiria a eclusa. Ora, mundo real de Brasil: a gente sabe que as obras públicas de governo, enfim, são um “parto da montanha”, levam séculos para ser feitas, têm mil injunções e complicações. O país não pode estar chantageado na sua condição de ter suprimento de energia por causa de uma situação como essa. Que se construa a usina, que se resolva o problema da eclusa e que se construa a eclusa. Iniciativas como essa só acontecem na medida em que a sociedade não tem consciência do risco a que está exposta de não ter energia no seu futuro. Porque, com certeza, se houvesse transparência por parte do governo em relação a estas questões, muito provavelmente a autoridade judicial que decidiu pela interrupção da obra da usina pensaria duas vezes antes de fazê-lo.

CBN: O senhor acha que há alguma medida por parte do governo, nesse curto prazo, além de dar transparência, além da mobilização da população... Tem algum tipo de energia alternativa a que o governo pudesse recorrer, no caso de emergência?

Claudio Sales: Têm medidas sim. O pano de fundo, sem dúvida, é a transparência. É essencial que se faça isso. A segunda questão é, desde já, regulamentar como seriam as regras de um racionamento, caso, eventualmente, ele venha a ser decretado. Por que isso é importante? O momento de se regulamentar como seria um eventual racionamento no futuro é muito antes dele acontecer, para que a sociedade perceba. Por exemplo, não se sabe hoje, se você, no caso de ser uma grande indústria, tendo necessidade de ter energia e tome a iniciativa de construir uma usina para você mesmo, se – no caso de racionamento lá adiante – essa usina vai entrar na divisão do racionamento ou não. Na hora em que você tem a regulamentação feita *a priori*, você dá sinais claros para a sociedade para que aqueles segmentos que são avessos ao risco de falta de energia possam tomar iniciativas para mitigar esse risco. A somatória dessas iniciativas, Carolina, vai na direção de mitigar o risco de falta de energia para o Brasil como um todo. Então, essa seria a segunda coisa. A primeira, a transparência; a segunda, regulamentar o racionamento. A terceira tem a ver com o que você está falando mesmo. Que iniciativas em termos de geração de energia? Ora, nesse intervalo, entre agora e 2011, que é o horizonte que estamos considerando, 4 a 5 anos, a nova energia que possa ser implantada não é mais a hidrelétrica, pois estas já estão consideradas. As hidrelétricas que estão sendo feitas já estão consideradas nesse horizonte. As novas usinas são eminentemente as usinas térmicas de todo tipo, aí incluindo as usinas de biomassa. As usinas de biomassa são, para o Brasil, uma vocação natural, mais uma vantagem competitiva que o nosso país tem, mas que não tem conseguido decolar no ritmo, na velocidade que o país precisa, por problemas, mais uma vez, vamos dar um nome genérico: problemas regulatórios. É preciso criar condições para que as usinas de biomassa possam ser competitivas e atraentes a ponto de serem implantadas para suprir, ou, pelo menos, mitigar esse problema de risco de falta de energia nesse horizonte tão curto que a gente já está antevendo.

CBN: Tá certo, presidente. Obrigado pela entrevista e boa tarde para o senhor.

Claudio Sales: Muito obrigado.

CBN: Conversei com Claudio Sales, presidente do [Instituto Acende Brasil](#).